

**CARTOGRAFIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO:
UMA OUTRA ECONOMIA É POSSÍVEL?**

2009/ 2010

SUMÁRIO

Conteúdo

SÍNTESE:.....	3
APRESENTAÇÃO.....	4
NOTAS DE ABERTURA.....	8
DA IMPLICAÇÃO	8
OFICIAL	18
REAIS	18
Memorial do terceiro mapeamento de economia solidária do Estado do Rio de Janeiro	24
FECHANDO PARCIALMENTE O MAPA	42
CONTINUANDO O MAPA.....	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46

SÍNTESE:

O presente trabalho apresenta como orientação geral um estudo investigativo sobre as condições de existência da crença e da demanda, tão intensamente difundidas no presente momento, de que os empreendimentos de economia solidária ligados ao Fórum de Cooperativismo Popular do Estado do Rio de Janeiro (FCP-RJ), movimento social de representação estadual da economia solidária, necessitam de um determinado conjunto de serviços chamado assessoria técnica, oferecido por entidades de apoio e fomento à Economia Solidária.

Este universo também reconhece a agricultura familiar como parte substancial deste processo. O movimento de Economia Solidária já existe no Estado do Rio de Janeiro desde o início dos anos 90 e sempre foi composto por uma maioria de produtores e produtoras de vários produtos e serviços – Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) – e estabelecimentos de educação-formação – Entidades de Apoio e Fomento (EAF) –, especializados na oferta de assessoria aos EES para que estes conseguissem se equipar técnica e metodologicamente no sentido de resolver seus problemas cotidianos, suas necessidades e se desenvolver.

Porém, nos últimos anos – com destaque para o período que se estende de 2007 até o momento presente –, cresceram, entre as pessoas que se movimentam dentro e em torno do FCP-RJ, o discurso e as práticas que remetem à lógica do empreendedorismo social – idéia de que o sucesso econômico de cada um depende da destreza estratégica em mobilizar e gerir as próprias habilidades, recursos, projetos, ou seja, a própria força de trabalho (capital) – e junto com esses elementos, a crença na demanda por uma 'desesperada' necessidade, por parte dos EES, de assessoria técnica para produzir, gerir a produção e comercializar seus produtos.

Embora os EES necessitem eventualmente de alguma assessoria, a inflação das idéias, dos discursos e das mobilizações em torno da assessoria técnica aos EES, bem como o caráter datado de tal fenômeno, suscita algumas questões norteadoras para este estudo: quais discursos, práticas e contingências que, em sua sinergia, produziram o fenômeno de inflação da demanda de assessoria técnica aos EES?;

A que modalidades e campos de exercício de poder esse fenômeno se liga?; existe, por parte de EES, EAF e gestores públicos de políticas públicas de economia solidária, alguma outra visão da assessoria técnica que a inflacione menos e aposte mais

nas astúcias, nos saberes e na inventividade dos EES, servindo de fonte para pautar trabalhos de assessoria mais baseados no compartilhamento de competências e saberes e menos no monopólio da assessoria técnica pelos especialistas?.

O presente trabalho se propõe a responder tais questões, procedendo, com base no método da Genealogia das Relações de Poder, de Michel Foucault, uma investigação histórica das duas últimas décadas da Economia Solidária no Estado do Rio de Janeiro, reunindo e analisando documentos, informações vivas e opinativas de participantes do movimento, para escrever uma cartografia da economia solidária – um texto-movimento que registre as transformações de uma paisagem psicossocial em movimento, evidenciando as suas condições de existência, bem como os elementos e as relações que a faz se transformar permanentemente.

APRESENTAÇÃO:

O grupo Mandala – Projetos Especiais em Comunicação e Educação foi constituído em 2010, originário da equipe técnica formada a partir do Convênio entre a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) e a Agência Brasileira de Inovação Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), para o Mapeamento em Economia Solidária do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES). O grupo Mandala se reconhece como empreendimento com características da sócio-economia solidária definidas pelo SIES.

Além do grupo Mandala ser constituído por pessoas de diferentes áreas, além de operadores do Direito, estão atores do serviço social, sociologia, filosofia, tecnologias da informação, psicologia, geografia, educação e movimentos sociais e ter planejado e realizado as atividades e pesquisa SIES 2009-2010/RJ, este grupo também conseguiu a convergência em princípios como autogestão e sustentabilidade nas atividades desenvolvidas até então.

Embora ainda não possua personalidade jurídica, o grupo Mandala já desenvolve ações em Comunicação e Educação através de atividades de formação, capacitação, articulação e pesquisa, sendo representada por outras instituições parceiras.

Um Banco de Dados foi desenvolvido com o objetivo de ser uma ferramenta para a uniformidade da coleta de informações e desenvolvimento de ações focadas na proposta do Coletivo oriundo do processo do Mapeamento/SIES/2009-2010/RJ.

Assim sendo, o objetivo principal desse Banco de Dados é de que ele seja uma ferramenta de *uniformidade de contatos para o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis*.

O elemento fundamental de um banco de dados desta natureza, somente realizável a partir de uma prática continuada, será a identificação das novas cadeias produtivas que se formam e que se podem formar em decorrência de práticas da economia solidária.

O elemento diferenciador deste banco de dados deve estar na proposta de uma educação libertadora para o homem do campo. Neste sentido serão organizados e propostos pelo Grupo Mandala alguns eventos e até conteúdos programáticos para as escolas rurais. Somente através da difusão de tecnologias sociais, será possível realizar uma assistência técnica gerencial, asseguradas relações integrais e sistêmicas aos processos formação.

O projeto Rotas Solidárias, como exemplo, é um conjunto de ações que envolve formação, capacitação, articulação e pesquisa, podendo/devendo acontecer juntamente com o projeto de cartografia social. Onde, a formação e capacitação correspondem a oficinas sobre comunicação e economia solidária; a articulação corresponde ao fomento à núcleos de comunicação locais e ao encaminhamento do resultado da produção do projeto à sociedade, em forma de documentos impressos e áudio-visuais; a pesquisa refere-se ao desenvolvimento das informações acerca da sócio-economia solidária.

Para o desenvolvimento do projeto Rotas Solidárias serão realizadas saídas a campo e correspondentes reuniões de Planejamento, considerando a base de dados do grupo Mandala como referência para empreendimentos, identificados pelo movimento.

A partir do resultado do projeto será produzido material áudio-visual e redação para a confecção de uma cartilha em Comunicação e Economia. Ademais, serão registrados elementos obtidos na essência dos debates e depoimentos coletados para produção dos programas.

Segundo a pesquisa SIES 2009-2010/RJ e suas versões anteriores, cerca de 65% dos empreendimentos em economia solidária no estado do Rio de Janeiro afirmam ter dificuldades na comercialização; 78% consideram como prioridade a venda direta ao consumidor; 57% movimentam seus produtos/serviços na comunidade local e 43% consideram como estratégia mais importante para o escoamento da produção a entrega direta ao consumidor.

Assim, temos o seguinte perfil predominante dos empreendimentos no estado do Rio de Janeiro: Empreendimentos com dificuldade na comercialização dos produtos/serviços que privilegiam a venda direta ao consumidor na sua localidade usando da entrega direta como mecanismo de escoamento.

Estas características estão vinculadas a situação sócio-econômicas dos membros dos empreendimentos, pois, para mais de 40% dos integrantes dos grupos de empreendimentos solidários, a principal motivação para criar um EES foi uma alternativa ao desemprego.

Somado a estes fatores, estão a falta de conhecimentos técnicos por parte dos integrantes dos empreendimentos no que diz respeito a administração e gerenciamento de negócios solidários e; o fenômeno das Entidades de Apoio e Fomento possuírem também um *déficit* técnico em administração e gerenciamento de negócios por parte dos funcionários que desenvolvem ações em formação e capacitação.

Os motivos deste fenômeno parecem ser de diferentes e várias fontes: desde o privilégio de contratação de assessores com curso superior sem conhecimento técnico administrativo-gerencial; passando pela contratação de pessoas envolvidas no movimento político-ideológico, também sem conhecimento técnico administrativo-gerencial, a sobreposição de ações com o mesmo objeto por parte das entidades de apoio e fomento quando de suas ações junto aos empreendimentos em economia solidária, o que leva a um desperdício de recursos e um esvaziamento político do próprio movimento e, a realidade sócio-educacional atual do país privilegiando quantitativos de graduação superior que não caminham junto com a qualidade.

Com o advento da internet houve uma atenção supervalorizada na comunicação instantânea, sem acompanhar a devida qualidade da informação veiculada, o que originou, um excesso de informação superficial e/ou supérflua.

O meio de comunicação torna-se então o fim. E, a predominância da quantidade e da forma do discurso, sobrepondo-se a qualidade da informação, contribui para um esvaziamento das realidades locais.

Devido à fragilidade dos empreendimentos em economia solidária e a alta mortalidade dos mesmos em um lapso de tempo médio de sua criação e término não superior a 3 anos e, a problemática dos empreendimentos acontecer em um tripé que compreende comercialização, assistência técnica e geração de renda; comunicação e educação são os segmentos que melhor contemplam as demandas desta realidade.

A relevância social do projeto se caracteriza na medida em que, considerando-se as informações SIES, cada empreendimento é constituído, em média por 10 pessoas e está ligado ao menos a três famílias assim, temos mais de 900 pessoas e, em torno de 100 famílias atendidas diretamente pelo projeto e mais de 900 pessoas atendidas indiretamente.

Neste cenário, o grupo *Mandala: Projetos Especiais em Comunicação e Educação* justifica-se, com o projeto *Rotas Solidárias*, como o grupo apto a desenvolver e montar parcerias que privilegiem construções coletivas baseadas na responsabilidade social.

O projeto *Rotas Solidárias* se soma ao projeto de cartografia social, objetivando a visibilidade comercial dos produtos e/ou serviços daqueles empreendimentos envolvidos no projeto; articulação para a constituição de núcleos de comunicação locais; a capacitação técnica administrativa-gerencial de membros dos empreendimentos e o fomento a redes comerciais sólidas à geração de renda das famílias daqueles integrantes dos empreendimentos.

A curto prazo se pretende a constituição de grupos de discussão locais para alternativas de fortalecimento e/ou construção de estruturas comerciais, senda as ações de médio e longo prazo tecidas na medida em que se desenvolve o trabalho cartográfico.

Pretende-se como ações desenvolvidas no período de execução do projeto reuniões, pesquisa de campo, oficinas de formação e capacitação, produção audiovisual, produção de material didático, produção de documento referencial a ser encaminhado a instituições públicas.

Assinam pelo Grupo Mandala em relação ao projeto de Cartografia Social:

Afonso de Oliveira Sobrinho
Alex Gomes Esteves
Carlos Bezerra da Silva
Deborah Rocha Flores
Leonardo do Egito Coelho
Luis Gustavo Wagner Gomes
Maíra Vieira do Vale
Olinéia Costas Cisneiros
Paulo Rego Rodrigues
Rodolfo Martins Lobato
Vera de Souza Pinto

NOTAS DE ABERTURA

DA IMPLICAÇÃO

Ao(s)/À(s) leitor(es)/(a)(s) que me lêem/lerão digo que começarei esta narrativa descrevendo as minhas implicações – os meus vínculos com as forças, formas, normas, valores, critérios, princípios, discursos, emoções, percepções de mundo, crenças, recortes teórico-metodológicos, sonhos, objetivos, metas e tudo mais que me permeia e me norteia, fazendo de mim um sujeito definido por certas condições de existência. Cumpre ressaltar que não sou um sujeito individual e identitário, mas sou um sujeito-processo, definido pelas forças que me produzem, estas mesmas sempre em movimento caleidoscópico de diferenciação de estabelecimento de novas conexões.

Sou Maria José, educadora popular e venho atuando há alguns anos – desde de 2002 – no campo de estudos e práticas, junto a grupos populares que se organizam para produzir uma vida de melhor qualidade para todos nos locais em que o Estado não provê (ou provê de forma deficitária e autoritária – apenas segundo sua própria lógica –) os bens e serviços necessários para o desenvolvimento de grupos humanos – saúde, educação, transporte, lazer, estímulo à produção cultural local, saneamento básico, alimentação e insumos variados.

Desde 2002, tenho me relacionado com uma rede grupos, estudos, movimentos e práticas desenvolvidos por atores e atrizes sociais que vêm buscando produzir uma economia diferente da capitalista – caracterizada pelo livre mercado, pela livre concorrência econômica, centrada no lucro, na competição e na destruição da vida para a produção de valor financeiro se necessário for. Trata-se da *economia solidária* – uma forma de promover a gestão dos insumos, das riquezas, dos recursos e das relações, articulando a produção e o consumo com a promoção da vida de qualidade e com harmonia para a

diversidade dos seres humanos e para a biosfera. A *economia solidária* supostamente baseia-se na solidariedade – habilidade de sentir que o outro e nós mesmos somos seres singulares e legítimos em processo constante de relação – e na cooperação – habilidade de conviver *na* diversidade (e não simplesmente *com* a diversidade), aprendendo a ser, a conhecer e a fazer uma vida de qualidade para o benefício, o desenvolvimento e a felicidade de TODOS(AS).

Trabalhando em uma entidade de apoio a partir de junho de 2004, eu vim a conhecer o Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro, a Rede de Trocas Solidárias do Rio de Janeiro e muitos outros fóruns e redes de economia solidária no Brasil. A organicidade do movimento que podemos chamar de *economia solidária* se descortinava diante de mim e acabei conhecendo muitas pessoas que se tornaram companheiros(as) de caminhada na vida.

No segundo semestre de 2009, participei do Mapeamento de Economia Solidária do Estado do Rio de Janeiro (1) e tendo sido selecionada para a equipe de pesquisa que deveria mapear empreendimentos de economia solidária, entidades de apoio e fomento e políticas públicas de economia solidária no Estado do Rio de Janeiro até maio de 2010.

II DA PROPOSTA DE PESQUISA

A partir de setembro de 2009, as conversas sobre o mapeamento aconteciam de forma cada vez mais freqüente, até transformarem-se em reuniões semanais que ocorriam sempre no centro da cidade do Rio de Janeiro.

As conversas incitavam pré diagnósticos sobre as relações que compõem o contexto no qual o mapeamento de economia solidária se tornou uma demanda tanto do próprio movimento quanto do Governo Federal – ele descreveu todas as relações de parceria e de oposição entre os atores e atrizes envolvidos direta ou indiretamente com o mapeamento e traçou um histórico de cada um(a).

Percebi desde o início que, além do propósito de conhecer e atualizar as informações sobre a economia solidária no Brasil para fortalecer o movimento, o Governo Federal termina exercendo um maior *controle* sobre os empreendimentos de economia

solidária, as entidades de apoio e fomento e as políticas públicas para o movimento, voltando-os para os seus interesses. É bastante provável que os mapeamentos e o próprio SIES, conseqüentemente, insiram-se na tecnologia (2) que Foucault (1999) denomina como *biopolítica das populações* (3) – um tipo de poder voltado não somente para o indivíduo, mas para um novo corpo político – a população. O biopoder consiste numa tecnologia que investe a vida, que consiste num controle sobre a vida da população. Trata-se de um controle exercido principalmente, mas não exclusivamente, pelo Estado. É no contexto do biopoder que surgem os programas de previdência social, de controle de natalidade, de prevenção a doenças sexualmente transmissíveis e assim por diante. A biopolítica manifesta-se como uma forma de controle voltada para a gestão do corpo da população, ou seja, dos modos de vida das mesmas, passando a se ocupar de fenômenos ligados à higiene, ao ócio, à vadiagem, à segurança pública dentre outros temas relacionados às “questões sociais”.

A partir de tal percepção, eu visualizei que poderíamos aproveitar a oportunidade do mapeamento para realizar uma pesquisa que fosse instrumental para a promoção de mais força, vitalidade e fôlego criativo para o próprio movimento de economia solidária do Estado do Rio de Janeiro, para os próprios empreendimentos de economia solidária. Conversando com os(as) outros(as) colegas de equipe, dei-me conta de que, salvo poucas tentativas, não há nenhuma publicação ou linha de pesquisa destinada ao registro da história oral dos empreendimentos de economia solidária. Este me pareceu um bom motivo para propor uma pesquisa que proporcionasse a visibilidade aos relatos dos empreendimentos sobre suas próprias histórias de existência, sobre seus desafios, inquietudes, dificuldades e vitórias, de tal forma que estas informações aparecessem em diálogo com as formas de saber já estabelecidas pela ciência e/ou pela academia sem serem dominadas, interpretadas, desqualificadas e domesticadas pelos especialistas desta ou daquela área do conhecimento.

Desde o início da minha participação na equipe, por ter obtido alguma informação sobre a história oral em minha formação acadêmica, principalmente do trabalho do historiador italiano Alessandro Portelli, venho sugerindo à equipe de mapeamento que não façamos somente o trabalho que o governo espera de nós, mas que nos identifiquemos como mais um empreendimento de economia solidária a fazer uma pesquisa que interesse ao próprio movimento de economia solidária, colaborando para o esclarecimento sobre as

cadeias produtivas existentes no Estado do Rio de Janeiro, bem como para o aumento dos contatos entre os empreendimentos.

A sugestão parece ter sido acolhida e entendida pela equipe e isto nos leva a um processo de trabalho permeado e direcionado basicamente por duas dimensões: o *oficial* – acordo no qual somos contratados pela entidade executora para a realização de um projeto do Governo Federal para batermos a meta de coletar informações de 1690 itens para atualizar o SIES – 1343 empreendimentos de economia solidária a revisitar; 307 a visitar pela primeira vez; 20 entidades de apoio e fomento a empreendimentos de economia solidária e 20 políticas públicas de economia solidária –, o que implica nos basearmos nas normas, valores, critérios, princípios e parâmetros próprios da lógica governamental; e o *real* – acordo desta equipe de mapeamento de economia solidária com os membros do movimento de economia solidária, no qual realizaremos o mapeamento “oficial” e continuaremos o contato com os empreendimentos para o aprofundamento das histórias dos mesmos segundo as óticas de quem os coloca em movimento, acoplando esta iniciativa a um projeto de comunicação que incluirá um coletivo de produção áudio-visual e uma assessoria de informática que cuidará da manutenção de um site de relacionamento que coloque os empreendimentos em contato constante – uma espécie de *Orkut* (4) da economia solidária do Estado do Rio de Janeiro.

Obviamente, a dimensão *real* do trabalho de mapeamento inclui o mapeamento das rotas a ser percorridas nas visitas, a pré-listagem de empreendimentos através da localização de cada CEP, os contatos com representantes de fóruns regionais, a colaboração dos mesmos para as visitas e entrevistas, e o gerenciamento constante de muitas situações singulares, próprias da vida, na qual a realidade psicossocial se mostra como uma paisagem essencialmente complexa e mutante. Estes vários matizes da paisagem psicossocial, política e sócio-econômica certamente são desconhecidos daqueles que planejaram as diretrizes que permeiam a dimensão *oficial* deste trabalho, mas são presentes e insistem com intensidade para nós – os mapeadores da realidade da economia solidária no Estado do Rio de Janeiro. Aliás, em se tratando de retratar uma paisagem essencialmente mutante e complexa como esta, nós da equipe de mapeamento faríamos melhor trabalho se fôssemos *cartógrafos* em vez de mapeadores. A melhor forma de retratar uma realidade em movimento é retratar a própria variação do seu movimento e é nisso que consiste o trabalho da *cartografia*. É claro

que também somos mapeadores, mas apenas para responder aos parâmetros que servem de base para a dimensão *oficial* do nosso trabalho. Entretanto, como este mesmo trabalho consiste também numa dimensão *real* com regras próprias, demandando de nós outros compromissos, também somos cartógrafos.

III DA METODOLOGIA

Para os geógrafos, a cartografia – diferentemente do mapa, representação de um todo estático – é um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem.

Paisagens psicossociais também são cartografáveis. A cartografia, nesse caso, acompanha e se faz ao mesmo tempo que o desmanchamento de certos mundos – sua perda de sentido – e a formação de outros: mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornaram-se obsoletos.

Sendo a tarefa do cartógrafo dar língua para os afetos que pedem passagem, dele se espera basicamente que esteja mergulhado nas intensidades de seu tempo e que, atento às linguagens que encontra, devore as que lhe parecem elementos possíveis para a composição das cartografias que se fazem necessárias.

O cartógrafo é antes de tudo um antropófago.
(ROLNIK, 1989, p. 15 – 16)

Para realizar um trabalho de mapeamento de economia solidária de modo a se ser solidário com o próprio movimento, há que se ser mapeador e cartógrafo ao mesmo tempo.

Precisamos ser mapeadores porque o trabalho é regulado, como vimos anteriormente, por parâmetros próprios da dimensão *oficial* do trabalho e esta é a que fomenta financeiramente as ações. Tal fomento é vinculado às metas de mapeamento, o que também implica a prestação de contas e a validação dos questionários, que devem, ambos, ser preenchidos de acordo com os critérios do SIES. Entretanto, se não fôssemos

cartógrafos a fotografar de forma forçosamente variável a paisagem mutante que temos diante de nós, não conseguiríamos gerir imprevistos, gestar contatos humanos, rotas e fazer um trabalho de pesquisa com o compromisso de comunicar o dia-a-dia da economia solidária, operando aos poucos alguma transformação social.

Os instrumentos metodológicos que combinamos no momento, a guisa de pontos iniciais de apoio, são variados face o estatuto ontológico do nosso objeto de estudo: a história dos empreendimentos de economia solidária do Estado do Rio de Janeiro contada por eles mesmos e por nós também.

De acordo com as regras existentes no âmbito do saber científico, exige-se que, uma vez definido o objeto e o problema de investigação, procedamos ao manuseio de certos instrumentos e técnicas. Estes constituem uma espécie de círculo racional lógico que nos permitiria conduzir toda a investigação e comprovar as hipóteses levantadas ao início da caminhada investigativa. O procedimento utilizado nos saberes científicos – saberes em que determinados enunciados fazem valer regras para a formulação de proposições – também costuma ser transferido para saberes que não chegam a atingir o limiar de cientificidade (FOUCAULT, 1986), como é o caso dos saberes conhecidos como *ciências humanas*. Em outras palavras, o procedimento utilizado para saberes como Física, Química, Biologia, matemática e outros – o método experimental – acaba sendo utilizado em outros saberes cujos objetos de estudo trazem características não totalmente passíveis ao rigor do controle de variáveis exigido na produção do saber científico. Despindo-nos de qualquer pretensão de colocar esta pesquisa no campo da ciência, gostaríamos de proceder a uma breve discussão sobre métodos e anunciar o emprego dos elementos constitutivos da presente investigação como meios para movê-la em direções outras.

O vocábulo “método” tem origem no grego, *meta hodos*. *Meta* indica finalidade, objetivo, e *hodos* é o caminho, ou seja, o como conduzir-se na direção do objetivo pretendido. A metodologia é, portanto, o estudo do caminho a percorrer na realização de algo, na busca por um objetivo ou finalidade. Ora, caso aceitássemos construir esta pesquisa segundo o esquema *meta hodos*, teríamos que aceitar, em primeiro lugar, que o nosso objeto de estudo está pronto e fixo, esperando que nós, sujeitos racionais e por isso aptos a conhecer, possamos alegremente aproximar-nos dele, registrá-lo, compreendê-lo e explicá-lo. Se assim fosse, poderíamos traçar previamente técnicas e instrumentos para

investigá-lo, mas como seria isso possível, em se tratando de relações de poder, em produção do real social e em produções de subjetividades, ou seja, em se tratando de “objetos” – se é que tal termo é aplicável – da ordem do cotidiano, do plano onde tudo está em processo permanente de (re)fundação, no curso da história? Como poderíamos reivindicar uma posição de neutralidade de sujeito separado dos processos e dos fluxos, para analisá-los de forma objetiva, quando estamos, por definição, ligados aos próprios?

A história dos empreendimentos de economia solidária no Estado do Rio de Janeiro não constitui um objeto de estudo pronto e fixo. Não poderíamos estabelecer um método apriorístico para conduzir a investigação de tal objeto. Sobretudo, não seria capaz de tais operações, porque não há, do lado de cá, um sujeito-indivíduo dotado de uma essência racional, fixa e a-histórica, que faça dele alguém naturalmente apto a conhecer. Do lado de cá, há apenas sujeitos – melhor dizendo, subjetivações sempre em processo –, inexoravelmente ligados às relações de poder e saber. Tais sujeitos são definidos por essas mesmas relações, às quais acrescentam seus exercícios de poder/saber, exatamente como nos mostra Foucault (1999, p. 10). Tais sujeitos, do lado de cá, não são exatamente capazes de conhecer, mas sim de acompanhar os movimentos dos exercícios de saber/poder que inclusive os constituem, imersos que estão na realidade sócio-econômica e política do cenário contemporâneo da economia solidária no Estado do Rio de Janeiro.

Diante da impossibilidade de construir uma representação do “objeto de estudo”, dado que este não se encontra acabado, fixo e à espera de ser retratado tal qual, não teria cabimento estabelecer *a priori* um método de aproximação. Nós, mapeadores/cartógrafos, propomos, então, inspirados na discussão trazida por Passos & Benevides (2005), uma inversão da lógica *meta hodos* para a lógica *hodos meta* (5). De acordo com o esquema de formulação *hodos meta*, o *hodos* – o caminho, o como – terá mais espaço na composição do texto do que a *meta*, sobretudo porque é preciso ir lançando luzes para que o(s)/a(s) leitor(es)(as) enxergue/enxerguem as condições de existência de cada procedimento, cada passo do *hodos* – do caminho percorrido e a percorrer. Dadas as condições ontológicas do “objeto de estudo” – algo em permanente (re)configuração pelas práticas cotidianas –, o(s)/a(s) leitor(es)(as) há/hão de convir que não podemos precisar agora o lugar ao qual chegaremos ao final da pesquisa. Nesse sentido, a rigor não há *meta*, ou seja, finalidade a apontar, não há como precisar o(s) fim/fins da pesquisa, a não ser a meta de coletar

informações sobre 1690 itens a ser mapeados até junho de 2010. Não somos capazes de visualizar com exatidão a que paisagens os caminhos da investigação nos conduzirão ainda no início da caminhada.

Pode-se dizer que esta nossa cartografia é tanto um trabalho *clínico* quanto uma pesquisa-ação. A palavra clínica tem origem em dois termos gregos: *klinos*, o qual significa inclinar-se sobre alguém que vivencia seu modo de ser, seja ele caracterizado por algum tipo de dor/sofrimento ou não, e *klinamem*, que significa desvio de um ponto de direção anteriormente fixado (NEVES & JOSEPHSON, 2001, p. 105). Em grande medida, os saberes psicológicos têm sido produzidos/pensados como instrumentos de desvelamento da verdade do sujeito, sua essência fixa e interiorizada, através do exame de sua afetividade, sua cognição, seus comportamentos e condutas. Para as pessoas identificadas com esse mandato, o primeiro sentido da palavra *clínica* é o que encarna em suas práticas e as dirige, pois procurarão examinar os modos de ser, pensar, agir e sentir em busca das verdades de cada sujeito, empobrecendo-se em um percurso bem definido: o de supor que o sujeito e sua verdade são dados previamente, fora da história e das práticas cotidianas, desde sempre. Para esses pesquisadores, é como se o sujeito e a verdade estivessem sempre a aguardar por aqueles que os irão desvelar.

Segundo uma forma de pensar-fazer na Psicologia que coloca em xeque esse sujeito individuado, dotado de essência fixa e interna, um segundo sentido da palavra “clínica” se atualiza, na forma da criação de diferentes maneiras de acompanhar os movimentos das práticas cotidianas, seus entrelaçamentos, suas transformações, procurando identificar que subjetivações emergem a cada momento. Nesta perspectiva, a cada mudança dessa rede de relações e de práticas, tais subjetivações também mudam, pois não existe sujeito dotado de essência fixa e interiorizada. Tal modo de pensar-fazer Psicologia, caracterizado pela tentativa de acompanhar os movimentos de constituição e transformação das subjetividades, pode ser chamado de *cartografia* (ROLNIK, 1989, p. 15–19).

Nas ocasiões em que a Psicologia é pensada e praticada como uma cartografia da subjetividade e do desejo, o segundo sentido da palavra “clínica” se afirma, pois a subjetividade não é tomada como identidade/verdade do sujeito e sim enquanto produção/processo permanente de diferenciação de si própria – logo, como desvio do ponto de direção anterior, ou seja, das configurações anteriores dos modos de ser, pensar, agir e

sentir. É segundo tal modo de pensar-fazer Psicologia que a autora do presente texto se relaciona com as práticas psicológicas como pesquisadora desta rede de empreendimentos de economia solidária a tecer. É em parceria com os próprios empreendimentos de economia solidária que esta equipe de mapeadores/cartógrafos pretende escrever a história oral deste movimento tal como se configura contemporaneamente no Estado do Rio de Janeiro. Este trabalho em parceria com os empreendimentos faz desta *cartografia*, desta *clínica da economia solidária*, uma forma de pesquisa-ação (6).

O nosso objetivo é a produção de uma história geral com base na oralidade dos atores e atrizes dos empreendimentos de economia solidária do Estado do Rio de Janeiro e não uma história total, ou global (FOUCAULT, 1986). A história global pretende-se uma fiel representação total da mentalidade ou mesmo forma de conjunto de uma sociedade ou cultura, numa determinada época. A história total não é viável porque a realidade não é um objeto fixo esperando por um sujeito do conhecimento para ser compreendida e explicada. Nosso “objeto de estudo”, a realidade, cujos movimentos acompanhamos, está sendo permanentemente (re)fundado(a) pelas práticas cotidianas. Nosso “objeto de estudo” é complexo, mutável, não pode ser reduzido a leis gerais que expliquem para todo sempre seu funcionamento, não pode ser quantificado e suas variáveis não são passíveis de controle pelo pesquisador. Logo, seria uma inadequação epistemológica usarmos instrumentos e métodos provenientes de ciências como a Biologia, Fisiologia, Anatomia, Patologia, Química, Física e Matemática para nos aproximarmos da história oral dos empreendimentos de economia solidária do Estado do Rio de Janeiro.

Nosso *hodos* (caminho) é uma lógica de produção do conhecimento que consiste na inversão do princípio *meta hodos*, e alguns recortes de análise e intervenção na realidade psicossocial e político-econômica nos permeiam e nos orientam: a pesquisa-ação, a cartografia, a abordagem clínica e o foco na história que tem por base a oralidade dos “pesquisadores” e “pesquisados”. Ao final do processo de pesquisa e da própria narrativa de tal processo, ficarão claras para o(s)/a(s) leitor(es)/(a)(s) a quais metas chegamos.

O que tentamos fazer aqui não foi a descrição da metodologia, mas uma discussão/desconstrução do princípio da metodologia. Não tivemos a intenção de esgotar tal discussão/desconstrução neste tópico, mas de desenrolá-la como fio condutor da própria narrativa que vocês estão acompanhando. O(s)/a(s) leitor(es)/(a)(s) verão que alguns

instrumentos de pesquisa/intervenção já foram incorporados ao funcionamento desta equipe e outros aparecerão ao longo desta narrativa. Será no próprio desenrolar do processo narrativo, no próprio plano cotidiano em que o desejo se liga a agenciamentos coletivos de enunciação, fundando e refundando o campo social (e sendo por ele fundado e refundado), que a discussão/desconstrução/inação do princípio da metodologia irá se dar. O(s)/a(s) leitor(es)/(a)(s) não deverão estranhar se no meio da narrativa de uma reunião ou de uma atividade de campo em que um instrumento metodológico foi utilizado pela equipe ou inventado pela mesma, nós desenvolvermos uma discussão metodológica. A discussão/desconstrução/inação do princípio da metodologia permeará o presente trabalho, não cabendo exclusivamente na famigerada seção encontrada em todo trabalho acadêmico e chamada *metodologia*.

O que se segue é uma prévia deste *processo cartográfico* na forma de um *memorial* no qual estão presentes a descrição de alguns instrumentos metodológicos, a narrativa de alguns passos de nossa caminhada e algumas realizações.

2 OBJETIVOS

OFICIAL

- Coletar informações de 1690 itens de economia solidária no Estado do Rio de Janeiro – revisitar 1343 empreendimentos de economia solidária; visitar 307 novos empreendimentos, 20 entidades de apoio, fomento e assessoria; 20 políticas públicas até o mês de junho de 2010.

REAIS

- Registrar a história do presente momento da economia solidária no Estado do Rio de Janeiro a partir da oralidade dos empreendimentos de economia solidária, das entidades de apoio, fomento e assessoria e dos próprios membros da equipe de mapeamento;
- Fundar um coletivo de produção áudio-visual para a veiculação das histórias da economia solidária no Estado do Rio de Janeiro;
- Cadastrar os empreendimentos de economia solidária em um portal de relacionamento online para favorecer os contatos entre os empreendimentos de economia solidária do Estado do Rio de Janeiro;
- Descrever as cadeias produtivas do Estado do Rio de Janeiro;
- Fortalecer a comunicação e a articulação constantes entre os empreendimentos de economia solidária do Estado do Rio de Janeiro e destes com os empreendimentos de outros estados brasileiros;
- Fomentar espaços de produção e veiculação das expressões artísticas e culturais do movimento de economia solidária do Estado do Rio de Janeiro.
- Envolver os empreendimentos de economia solidária do Estado do Rio de Janeiro, junto a profissionais técnicos e acadêmicos, no exercício compartilhado de reunir e produzir subsídios teórico-metodológicos e

técnicos para o trabalho focal de resolução e encaminhamento das demandas de gestão, viabilidade sócio-econômica, captação de recursos, comunicação e comercialização dos mesmos empreendimentos.

3 CARTOGRAFIAS EM DIÁRIOS DE PESQUISA

Desde a minha graduação universitária venho estudando uma abordagem que veio a se tornar uma das mais valiosas ferramentas do meu trabalho como educadora e pesquisadora: a *Análise Institucional*.

Análise Institucional é um termo que foi utilizado tanto por Felix Guattari (7) (1930-1992) quanto por Georges Lapassade (8) (1924-2008) mais ou menos na mesma época – meados dos anos 60. O termo designa um conjunto de práticas e teorizações agrupadas dentro de um mesmo “movimento”, ele próprio composto de uma pequena variedade de vertentes que compartilham algumas características: tendência a buscar as condições históricas de existência do que parece natural aos olhos da maioria; livre incursão por diferentes disciplinas do saber (História, Filosofia, Antropologia, Sociologia, Ciências Políticas, Psicologia, etc.); interesses em experiências críticas nos campos da saúde, saúde mental e educação; recusa a resumir a análise e a intervenção àquilo que a Psicologia diz ou faz, considerando tal disciplina do saber como mais uma instituição a analisar; análise das relações de poder que permeiam a produção de saberes; repetida alusão a movimentos de caráter libertário, com destaque para Maio de 68, e o objetivo geral de criar instrumentos e situações que estimulem os grupos e comunidades a operar a análise das instituições que os constituem enquanto tais.

A história das práticas que constituem a Análise Institucional remonta o final da Segunda Guerra Mundial na França e os cenários onde tal história se dá são os campos da saúde mental e da educação. Os analistas institucionais argentinos e brasileiros têm referência nas vertentes da Análise Institucional Francesa – Esquizoanálise (derivação crítica da Psicoterapia Institucional e do Grupo de Educação Terapêutica) e a Socioanálise (derivação crítica da Psicossociologia dos Pequenos Grupos e da Pedagogia Institucional) –

e os trabalhos de intervenção de Análise Institucional, no Brasil, combinam ambas as vertentes com contribuições dos analistas institucionais argentinos e com materiais da Psiquiatria Democrática Italiana de Franco Basaglia (1924-1980).

Instituições a analisar

Um processo de intervenção institucionalista geralmente se desenvolve mediante um dialogo permanente entre *campo de análise* e *campo de intervenção* (9).

Por *campo de análise* entende-se o conjunto de ferramentas teórico-metodológicas e construções de análises realizadas no campo concreto onde se intervém ou a partir do mesmo. No caso desta equipe de mapeamento, o campo de análise está constituído dos critérios do SIES – norteadores do mapeamento –, o estudo de rotas dos empreendimentos a visitar, informações e recortes de análise sobre o movimento de economia solidária e direitos humanos no Brasil e no mundo, instrumentos metodológicos da *cartografia*, da pesquisa-ação, da história oral e a abordagem *clínica*, por exemplo.

Por *campo de intervenção* entende-se o palco cotidiano das instituições que permeiam as práticas que movem um estabelecimento, uma forma organizativa qualquer, incluindo o próprio pedido de intervenção que é dirigido a uma equipe de analistas institucionais, ou seja, todos os elementos que compõem o âmbito no qual o(s)/a(s) analista(s) institucional(is) se coloca(m) para analisar as instituições, os seus próprios vínculos com as mesmas (suas implicações com as mesmas) e para estimular o redimensionamento de valores e hábitos instituídos. No caso desta equipe de mapeamento, o nosso campo de intervenção está constituído dos empreendimentos a visitar e o próprio cenário da economia solidária no Estado do Rio de Janeiro, incluindo todas as situações e relações que os compõem e, claro, todas as instituições que ganham corpo em tais situações e relações de análise/intervenção.

Cumprе ressaltar que instituições (10), aqui, são as condições de instalação de um grupo enquanto tal – normas, valores, critérios e princípios. Analisar as instituições significa observar quais são os elementos que fazem com que um grupo exista e se movimente, atentando para como esses elementos se manifestam no cotidiano, bem como

para os efeitos que tais manifestações geram. Tal exercício de análise é feito em íntima relação com um processo de intervenção (RODRIGUES, 2006).

É sabido que não é possível se fazer análise institucional quando se “cola” o campo de análise ao campo de intervenção, ou seja, quando se faz exatamente aquilo que foi pedido. É por isto que esta equipe de mapeamento vem interrogando, desde o início deste processo, as condições a partir das quais se formulou a solicitação de um mapeamento de economia solidária tal como este se apresenta a nós: para quê?; para quem?; quem decidiu sobre os critérios norteadores do mapeamento?; que efeitos o mapeamento pode gerar para a economia solidária e para os empreendimentos?; o que os empreendimentos podem obter de efetivamente benéfico para suas atividades?

Graças a estes questionamentos, vimos fazendo constantemente a análise da solicitação do SIES e pudemos, além de nos propor a atender a solicitação, envolver esta equipe de mapeamento em um processo de intervenção que nos permite produzir análises junto com os próprios empreendimentos entrevistados, ao ponto de propormos a criação de ferramentas de comunicação e pesquisa em prol do próprio movimento de economia solidária estadual. Esta permanente tensão entre o que o SIES pede desta equipe de mapeamento e o que esta vai realizar – o mapeamento solicitado e a criação de uma rede de comunicação e pesquisa entre os empreendimentos – mostra a todos(as) nós que este processo de mapeamento está permeado pelas instituições que chamamos de *dimensão oficial* e *dimensão real*. Tal constatação nos diz que esta equipe realiza análise institucional do processo que vive.

Como podemos ver, a Análise Institucional é um certo modo de operar no cotidiano que articula constantemente análise e intervenção, sendo que tal análise se faz em pelo menos três instâncias, a começar pela análise do pedido e a se desenvolver pelas análises que os analisadores – sejam históricos ou construídos – oportunizam à equipe de analistas institucionais. Mas será que não há outra instância de análise? A resposta é sim e tal instância chama-se *análise de implicações*.

A *análise de implicações* torna pública e coletiva a explicitação dos vínculos do analista, geralmente em plena intervenção, e dos participantes (coletivo cliente da intervenção) com o dinheiro, o tempo, o saber, a sexualidade, a comunidade científica, o Estado etc. A análise de implicações deriva do conceito psicanalítico de contratransferência

– conjunto das reações inconscientes do analista ao analisando – diferenciando-se, porém, da mesma, já que esta é realizada geralmente em segredo.

Um salto a 1987 nos dá acesso a um artigo em que a preocupação primeira de Renè Lourau é avaliar os motivos da associação entre o termo *implicação* e palavras como engajamento, participação, investimento, motivação e esforço: “A origem deste uso voluntarista (...) reside numa mistura de influências cristãs, existencialistas e psicologistas: ‘Eu me implico, ele se implica, ele não se implica o bastante’ etc. Tais formulações (...) constituem julgamentos de valor (...), destinados a medir o nível de ativismo, o grau de identificação a uma tarefa ou a uma instituição, a quantidade de orçamento-tempo que lhe é consagrada (...), bem como a carga afetiva investida na cooperação. Trata-se de uma espécie de nova virtude teologal” (LOURAU, 1987/2004: 246-247).

Lourau ressalta que a *análise de implicações* se vê enriquecida pela edição (ou reedição) dos *diários de pesquisa* de vários estudiosos. Emerge, com isso, uma problemática original: a da escritura da Análise Institucional como *escritura implicada*. Sendo assim, em *Le journal de recherche* (O diário de pesquisa, 1988), Lourau analisará, entre outros, os diários de Bronislaw Malinowski, Sandor Ferenczi, André Gide, Michel Leiris, Edgar Morin, Margareth Mead e Ludwig Wittgenstein, em busca de elementos heurísticos para uma ‘Teoria da Implicação’.

Em um trabalho de 1990, ele renuncia a tentar fixar um sentido estrito para o termo implicação, optando por fazer do próprio devir do mesmo um analisador de nosso presente. Com esse intuito, propõe um novo conceito, o de *sobreimplicação*, associando-o a um ato de linguagem: “Implique-se, reimplique-se, porém não analise suas implicações!” (LOURAU, 1990/2004: 189). Sendo a implicação um nódulo de relações inevitavelmente presente – estamos sempre implicados em instituições, queiramos ou não –, a injunção a ‘implicar-se sem análise’ (sobreimplicar-se) constitui um mandato social destinado a gerar o “sobretabalho exigido para a produção de uma mais-valia, de uma rentabilidade suplementar (...), ‘exploração da subjetividade’ que sucede à exploração da objetividade do homem no trabalho alienado”(ibid.). Exemplos da presença crescente desse discurso (sobre)implicacionista nas empresas contemporâneas são encontrados por Lourau na adoção, na França, do ‘grau de implicação’ como critério de avaliação do desempenho de empregados e na instituição, no Japão, do *karoshi* – reconhecimento oficial do excesso de

trabalho como *causa mortis*. Cada vez mais, os equipamentos de poder incitam a praticar e experienciar um ‘nós’ empresarial que, da autogestão sonhada pelos analistas institucionais, nada preserva.

A Análise Institucional e a escrita dos diários de campo

Os trabalhos de Renè Lourau sobre análise de implicações e sobre o tema da escritura da Análise Institucional me inspiraram a incorporar ao nosso trabalho de campo o dispositivo *diário* como forma de registro historiográfico baseado na oralidade e como lugar para compartilhar com leitores(as) a minha análise de implicações – meus vínculos com as instituições que me permeiam e norteiam. Deste modo, o que o(s)/a(s) leitor(es)/(a)(s) encontraráá/encontrarão em seguida são relatos baseados na oralidade – minha e dos(as) outros/outras interlocutores(as) dentro deste processo de mapeamento de economia solidária. Tais relatos serão enriquecidos por conteúdos de análise, fundamentados teoricamente e acompanhados de referências bibliográficas que se encontram explicitadas ao final deste documento.

O intuito dos meus diários de campo é torná-los um instrumento de análise das instituições e de “contação de histórias” baseadas no cotidiano, nas suas condições de existência, e na oralidade dos atores e atrizes.

Sobre a presença da Análise Institucional em nosso trabalho de mapeamento/cartografia, cumpre ressaltar, ainda, que se trata de um dispositivo (ou mesmo um conjunto de dispositivos) para estimular a equipe do mapeamento a praticar a *autoanálise* e a *autogestão* (11) durante todo o processo.

Nos anos 70 do século XX, quando Renè Lourau e Georges Lapassade recebiam muitas encomendas de intervenção socioanalítica, tal procedimento durava apenas alguns dias e se esperava que fosse eficaz no sentido de fazer o coletivo-cliente se pensar fora da influência hegemônica das forças do *instituído* (12) – as que fixam as formas e os

parâmetros pré-estabelecidos no funcionamento cotidiano do próprio coletivo –, sendo que os analistas institucionais freqüentemente sequer voltavam para se informar sobre os desdobramentos de sua prática. No caso da Análise Institucional, tal como esta prática se fez/se faz presente no cotidiano de trabalho desta equipe de mapeamento/cartografia, o(s)/a(s) leitor(es)/(a)(s) poderá/poderão perceber que o que se desenvolveu/se desenvolve foi/é um processo de intervenção permanente no qual o coletivo interventor e o coletivo-cliente foram/são o mesmo.

Posto que o trabalho de mapeamento/cartografia, com base nos diários de campo, ainda se encontra em processo, o que se segue é uma prévia da *cartografia da economia solidária no Estado do Rio de Janeiro* na forma de um *memorial*, no qual estão presentes a descrição de alguns instrumentos metodológicos, a narrativa de alguns passos de nossa caminhada e algumas realizações.

Memorial do terceiro mapeamento de economia solidária do Estado do Rio de Janeiro

Como sabemos, o mapeamento dos empreendimentos da economia solidária teve início no ano de 2005 com a decolagem do primeiro projeto destinado ao conhecimento da realidade dos empreendimentos solidários (onde estavam, quem eram seus empresários, o que pensavam os envolvidos, etc).

Com a implementação dos primeiros projetos surgiu a consciência de que o trabalho estava começando praticamente do nada, portanto tínhamos uma enorme tarefa, posto que nos governos anteriores nada havia sido feito neste sentido. Contudo, desde logo ficou evidente que as metodologias careciam de ser testadas na prática e a experiência demonstrou, nos anos seguintes, bem como demonstra atualmente, que a forma tradicional de fazer pesquisa não tem eficácia quando se trata de empreendimentos solidários. Sabemos que a pesquisa participativa é a melhor alternativa, posto que envolve o entrevistado, o atrai, e então este participa muito mais, fornecendo muito mais informação do que aquela “abordagem” tradicional, na qual sistematicamente um pergunta e o outro responde.

Nós, a Comissão Técnica Executora (CTE)/RJ que se encontra em atividade no momento, ousamos inaugurar uma nova forma de pensar e agir, de planejar e executar, sem descuidar das diretrizes, dos princípios e premissas que norteiam o trato com a coisa pública, mas que por sua inovação e visão coletiva/participativa busca uma eficiência e efetividade muito maiores do que aquelas realmente alcançadas com a metodologia até então utilizada. Buscamos as participações de colaboradores dos fóruns e pré-fóruns de Economia Solidária das variadas regiões do Estado do Rio de Janeiro e, para tal, estivemos presentes em vários espaços de reunião, construindo uma relação no cotidiano das práticas para contactarmos os empreendimentos entrevistados mediante a orientação e a intermediação de contato feitas pelos representantes de fóruns e pré-fóruns locais.

Para tecer uma teia mais abrangente de relações e de comunicações, esta CTE do mapeamento/RJ-2009-2010/SIES reutilizou o boletim mensal outrora iniciado pelo Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro - o Troke&Teia -, direcionando o mesmo para a comunicação colaborativa dos diferentes atores e atrizes da Economia Solidária no Estado do Rio de Janeiro em torno desta terceira fase do mapeamento de Economia Solidária/SIES/RJ.

Esta CTE também tem operacionalizado um dispositivo comunicativo que tem permitido e facilitado as atividades de mapeamento - uma rádio ao vivo, dispondo de um equipamento de som simples, microfones, mesa de som, amplificador e violão - para entrevistas, depoimentos e para o estímulo à manifestação das formas culturais locais. O dispositivo "rádio livre" tem favorecido a criação de uma atmosfera facilitadora do diálogo com os membros de empreendimentos, o que tem gerado entrevistas e agendamentos de futuras visitas dos mapeadores aos domicílios produtivos.

A necessidade de adotar uma visão inovadora justifica-se por várias razões. Primeiramente, há que se registrar que o Coletivo do Mapeamento/RJ – 2009/2010/SIES não teve acesso aos questionários da versão imediatamente anterior, ou seja, os dados do Mapeamento 2008/2009, sob o argumento da entidade conveniada responsável pelo segundo mapeamento de que “tal procedimento feria a cláusula de sigilo”.

Ora, como sabemos, o Sistema de Informações em Economia Solidária é constituído por agentes reconhecidos através de chamada pública, uma espécie de “terceirização conveniada”, e são estes que efetivamente realizam o processo de Mapeamento, desconhecendo, pois, a característica personalista das Instituições. Assim sendo, para o SIES, no seu âmbito de trabalho, não pode haver cláusula de sigilo, especialmente para os agentes internos que cuidam do processo de Mapeamento, pois desta forma tratar-se-ia de um contra-senso; a continuidade temporal do SIES não é, nem pode estar, atrelada à personalidades físicas ou jurídicas.

Contudo, em que pesem as dificuldades burocráticas, o Grupo CTE/RJ seguiu determinado em realizar o melhor trabalho de todas as coordenações, imaginando inclusive um Pacto de Formação de um Fundo Coletivo, capaz de subsidiar ações integradas dos agentes envolvidos, “esticando” os recursos em mais ações, em mais resultados, e mais participação de todos. Nesse sentido, o Grupo iniciou os trabalhos para realização do

mapeamento discutindo princípios e questões conceituais sobre o trabalho que seria realizado, de forma a alinhar o pensamento do grupo, visto que a tarefa requer formação em várias ciências sociais, além de um mergulho nos conceitos fundamentais da economia solidária.

Após a revisão conceitual, partiu o grupo para a escolha da melhor metodologia, conforme suso mencionado. Ressalte-se que o Grupo começou os trabalhos muito antes de receber qualquer repasse de valores financeiros da Coordenação Regional Sudeste da ANTEAG.

Segundo a visão do Grupo CTE/RJ, a terceira edição do mapeamento, ora em curso, não adotou a melhor estratégia de trabalho, pois está persistindo no erro de vincular pagamento a questionário aplicado.

Ao condicionar o pagamento de questionários à apresentação de contas no meio do processo, a Coordenação Regional Sudeste na verdade contribuiu para atrasar todo o processo de pesquisa que, além de ser complexo por sua própria natureza, dispõe de poucos recursos, sem mencionar que e os que chegam vêm sempre com atraso, o que justifica a adoção de medidas inteligentes, bem como que o processo seja conduzido única e exclusivamente pelas partes diretamente envolvidas, até a apresentação do resultado final.

Nesse sentido, o Coletivo do mapeamento/RJ-2009-2010/SIES ratifica as conclusões do Relatório Nacional/2006 acerca das expectativas dos EES e reconhece a importância da ampliação da base de dados do SIES sem perder de vista em momento algum o critério da integridade da informação e a relevância da continuidade do trabalho de forma transparente (apesar dos problemas). Uma análise rigorosa da base de dados do SIES foi feita por esta CTE do Mapeamento de Economia Solidária/RJ-2009-2010/SIES e o que se mostra como resultado é alarmantemente grave, especialmente por se tratar de um banco de dados governamental que serve de base para a proposição de políticas públicas para o movimento em questão: uma porcentagem de erro consideravelmente alta no que diz respeito à Economia Solidária no Estado do Rio de Janeiro. Os erros são de diferentes tipos: números de telefones que não correspondem aos endereços, endereços errados, CEPs que constam como sendo de um município e que são de outro, CEPs que não correspondem a endereços cadastrados, além de empreendimentos que não atendiam aos critérios do SIES para a identificação de empreendimentos de economia solidária e que foram incluídos na base de dados mesmo assim.

A checagem da base de dados SIES é uma atribuição que não competia inicialmente a esta CTE do mapeamento/RJ-2009-2010/SIES, mas esta acabou se constituindo em uma demanda na medida em que se foi constatando a realidade da Economia Solidária no Estado do Rio de Janeiro, ou seja, algo bem diferente e numericamente menor do que os números e dados mostrados na base SIES tal como esta se encontra hoje. Este fato fez com que, conseqüentemente, a CTE dispendesse mais tempo e recursos para garantir o cumprimento dos critérios SIES - os quais primam pela ampliação da base de dados e principalmente pela integridade e fidedignidade das informações - e dos princípios da administração pública - realização do objetivo de interesse público de conhecer a Economia Solidária no Estado do Rio de Janeiro tal como esta se apresenta na realidade sem prejuízo para o Erário.

A demanda dos EES no que diz respeito ao Movimento da Economia Solidária apresenta-se na razão inversa da capacidade dos diferentes agentes em convergir para suas reais necessidades. Um dos primeiros passos é a “Qualidade da Informação como patrimônio do próprio Movimento”. Esta CTE do mapeamento/RJ-2009-2010/SIES espera poder concluir este terceiro mapeamento de Economia Solidária, dispondo dos recursos devidamente reservados para tal, continuando a mapear os empreendimentos e entidades de apoio e assessoria onde estes se encontram: em certas áreas urbanas, nas comunidades afro-religiosas, indígenas, quilombos, assentamentos rurais do Movimento dos Sem Terra e na pesca artesanal.

A) DA FORMAÇÃO E DA BASE DE DADOS/RJ

Logo cedo a CTE/RJ autodenominada de Coletivo do Mapeamento/RJ-2009-2010/SIES discutiu o conceito de Economia Solidária e a própria terminologia norteadora de tal fenômeno social e econômico. A questão era: *Economia Solidária ou Sócioeconomia Solidária?*

O termo “Sócioeconomia Solidária” é fiel ao sentido etimológico-gestão: cuidando da casa e, por conseqüência, dos que nela habitam. O termo grego *óikos* significa "casa" e *nómos*, regras; gestão. Para Arruda, a economia é uma prática que afirma obrigatoriamente sua processualidade como uma gestão social, portanto *socioeconomia*, sendo a solidariedade e a cooperação os únicos sentidos que podem fazer desta *socioeconomia* um regime de realidade social voltado para a produção e manutenção da vida na sua diversidade.

Economia Solidária ou Economia Popular? Singer (2004) conceitua a economia popular enquanto composto por produtores, intermediários e consumidores que pertencem a classes populares pobres e a economia solidária enquanto conceito que congrega agrupamentos cooperativos que repartem igualmente o poder de decisão e os ganhos entre seus membros. Para ele, a diferenciação entre ambas é de grau, já que na pequena produção também existem práticas solidárias, como a ajuda mútua entre microempresários.

Na economia solidária a cooperação e a ajuda mútua são praticadas sistematicamente, sendo a principal razão de ser das sociedades. Por este motivo é possível falar em economia popular e solidária que teria como base comum o pertencimento às bases populares. (SINGER apud SOUZA NUNES, 2005, p.15)

Tais discussões fizeram e fazem parte das reuniões periódicas semanais do Coletivo do Mapeamento/RJ-2009-2010/SIES desde setembro de 2009 e tem contribuído para esclarecer as Orientações e Procedimentos do SIES.

Segundo o SIES:

Economia Solidária é o conjunto de atividades – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por

trabalhadores e trabalhadoras sob forma coletiva, cooperativa e autogestionária. Este conceito geral explicita os valores e princípios fundamentais da Economia Solidária: cooperação, autogestão, solidariedade e ação econômica. (SIES, 2009,v.1,p.3)

A definição de economia solidária é expressa em diferentes personagens sociais, dentre eles o Empreendimento Econômicos Solidário (EES). Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) são as seguintes organizações:

1 **Coletivas** – serão consideradas as organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes, etc.;

2 **Cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadores(as)** dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;

3 **Permanentes**, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas;

4 **Que disponham ou não de registro legal**, prevalecendo a **existência real** e

5 **Que realizam atividades econômicas** de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. (SIES, 2009,v.1,p.3)

A definição de EES torna-se necessária dada a característica institucional do Sistema de Informações em Economia Solidária, instituído através da Portaria de N° 30, DE 20 DE MARÇO DE 2006.

Art. 1º Instituir o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária -SIES com a finalidade de identificação e registro de informações de Empreendimentos Econômicos Solidários e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária no Brasil.

Definições *per si* são norteadores para objetivos, diretrizes e manutenção, que no caso do SIES como disposto no Art 2º da portaria nº 30 de 20 de março de 2006 trata dos termos de referência para os objetivos, diretrizes e gestão do SIES e para outras referências. Na esteira dos norteadores do SIES, o Relatório Nacional sistematiza e avalia os processos do primeiro mapeamento da economia solidária no Brasil.

Na parte que trata da **Implementação do SIES nos Estados** aponta para

...as principais características dos processos e da metodologia de pesquisa. Destacam-se as características comuns e as diferenças dos processos adotados pelas EGEs e pelas equipes técnicas nas Unidades da Federação, sistematizando-se em linhas gerais os principais aspectos positivos de cada fase, bem como os problemas, dificuldades e sugestões para enfrentá-los. (BERTUCCI;CUNHA,2006,p.13)

O Relatório Nacional de 2006 é rico em constatações e proposições acerca dos Processos de Mapeamento que podem ser úteis e um importante instrumento de trabalho para as edições seguintes do Mapeamento.

De pronto, o Coletivo do Mapeamento/RJ-2009-2010/SIES o adotou como instrumento para dirimir dúvidas e equívocos no processo de Mapeamento/RJ-2009-2010. Com relação ao **Desempenho do SIES nos Estados** pudemos constatar que em relação à estimativa inicial de EES a serem mapeados e confirmados como tais, o Rio de Janeiro foi uma da UF que

... registraram níveis menores em relação às previsões iniciais do Mapeamento. Isso é explicado(no caso do Rio de Janeiro)... à capacidade físico-financeira de execução da equipe. (BERTUCCI;CUNHA,2006,p.13)

UF	EES Mapeados	Estimativa Inicial	% Mapeado (em rel. à estimativa)	Municípios Mapeados	Total de Municípios	% Municípios (em rel. ao total)
RJ	723	1.200	60%	82	93	88%

Fonte:MTE/SIES(2005) pag 14

Para a terceira edição do Mapeamento há o número de 1343 EES:

UF	Nº EES	% EES	Nº de Municípios	% Municípios/Total de municípios
RJ	1343	6,1%	87	95%

O Rio de Janeiro estava em 15º lugar em relação a outros estados no que diz respeito aos Empreendimentos Mapeados e Estimativas Iniciais.

Já na segunda edição do Mapeamento o Rio de Janeiro consta como um dos 3 estados que quase duplicaram os números percentuais em relação ao primeiro mapeamento

(Espírito Santo pulou de 259 para 520 e Roraima de 73 para 126).

O Coletivo do Mapeamento/RJ – 2009/2010/SIES desconhece as características da segunda versão do Mapeamento e faz uma análise parcial a partir dos indicativos presentes no referencial *Município*. Roraima teve um aumento de 73 % com o acréscimo de 1 (um) município visitado, O Espírito Santo visitou na segunda edição, 16 municípios a mais e conseguiu um acréscimo de 100,7 %, enquanto o Rio de Janeiro visitou mais 5 municípios do que a primeira versão e aumentou em 85% o número de EES.

B) DAS RELAÇÕES

Uma das características do Coletivo do Mapeamento/RJ – 2009/2010/SIES é capacidade de ampliar as relações para potencializar as atividades do mapeamento da Economia Solidária.

As relações são estabelecidas de várias formas e em diferentes níveis, tanto interna como externamente, assim, no que tange às relações internas as funções de entrevistador, supervisor e coordenador alternam-se entre os membros da equipe sempre submetidas aos objetivos e critérios SIES. A forma autogestionária é o que tem viabilizado a relação positiva entre trabalho e resultados no Rio de Janeiro.

Não há unanimidade, muito menos esta é buscada. A divergência nos discursos está sempre presente, porém, atentando sempre para que o discurso acompanhe a *práxis*, o que é uma característica da liberdade com responsabilidade, um emblema da coerência. As diferentes características individuais, ao contrário de prejudicar, complementam o trabalho do Coletivo do Mapeamento/RJ-2009-2010/SIES.

O relatório nacional cita que em relação à seleção de entrevistadores:

O critério principal para justificar o grau mínimo exigido foi a necessidade de experiência prévia em atividades de pesquisa e coleta de dados, em uma atividade onde o conhecimento formal não poderia ser dispensado. Contudo, foi comum a crítica de que muitas pessoas interessadas em serem entrevistadoras e envolvidas no movimento não tinham o nível de estudos formal exigido. Desse modo, o critério seria excludente, inviabilizando a possibilidade de grande parte dos membros de EES atuarem como entrevistadores – mesmo tendo mais conhecimentos sobre essa realidade, em termos de vivência prática, do que jovens estudantes universitários. (BERTUCCI;CUNHA,2006,p.23)

Com especial atenção ao critério da motivação e comprometimento, a Equipe do mapeamento do Rio de Janeiro é bastante heterogênea, tanto no que diz respeito à sua constituição quanto à sua dinâmica, sendo formada por pessoas indicadas por fóruns, universidades, estudantes universitários, membros de empreendimentos solidários, de movimentos culturais e professores.

A heterogeneidade segue o objetivo de possibilitar a interlocução com os diferentes personagens e suas potencialidades regionais e temáticas, visto que:

Embora os critérios para seleção da equipe de campo e sua justificativa devam ser bem definidos e colocados em discussão previamente de acordo com a realidade local, é necessário fazê-los menos flexíveis, garantindo certa homogeneidade para a pesquisa;
(BERTUCCI;CUNHA,2006,p.24-25)

A inflexibilidade da seleção do Coletivo do Mapeamento/RJ – 2009/2010/SIES é o comprometimento com o planejamento e o trabalho.

A escolha em reunir pesquisadores com perfis e experiências diferentes pode complementar o trabalho com contribuições em todas as áreas;
(BERTUCCI;CUNHA,2006,p.24-25)

No entanto, nada disso basta se não houver uma base de dados íntegra para o início dos trabalhos de campo. As atividades iniciais do coletivo de mapeamento foram direcionadas à análise da base de dados, com a finalidade de localizar os empreendimentos geograficamente para desenvolvimento de um plano de ação de campo. Nessa análise foram utilizadas ferramentas de pesquisa com abordagem de orientação ao objeto, possibilitando o cruzamento das informações da base com informações da base de dados dos correios (CEP) uma vez que a localização de bairros, distritos e localidades não estava disponível na base do SIES transmitida à equipe. É importante salientar que os erros aos quais nos referimos nesse campo foram identificados em caráter preliminar e por meios eletrônicos, portanto identificação computacional, e não excluem os erros identificados na pesquisa propriamente dita, ao contrário, as saídas à campo são indispensáveis, em face do caráter prático e presencial da pesquisa, para confirmação ou não, dos erros.

A situação da base SIES foi, sem dúvida, o maior problema enfrentado pela equipe para a elaboração de um planejamento de ações de campo. A dificuldade em localizar os EESs e a forma pela qual a base foi disponibilizada, sem qualquer tratamento, ensejou a aplicação de conhecimentos e capacidades que não estavam previstas na contratação da equipe, pois, para se trabalhar a base de dados de maneira a se possibilitar um cruzamento de informações cartográficas foi necessária a construção de um banco de dados relacional que possibilitasse a segmentação dos EESs por mesorregião, microrregião, município, distrito, bairro ou localidade. Sem essa segmentação ficaria impossível um planejamento. Membros da equipe, com formação na área, se debruçaram sobre a base SIES fornecida para possibilitar o rastreamento das informações. O trabalho possibilitou uma abordagem georreferenciada dos EESs para revisitação, definindo uma estratégia de campo, e possibilitando um planejamento eficaz para as atividades da equipe. Somente a partir desse trabalho foi possível o cruzamento da base SIES com a base do CEP (correios), que

permitiu a identificação dos erros e discrepâncias na base SIES, norteador o planejamento e as atividades da CTE.

A expectativa inicial de uma base coerente e confiável que tivesse sido alvo de um crivo crítico por parte da CGE do mapeamento anterior se mostrou frustrada e as dificuldades que obrigaram esse desvio de função e metas da CTE terminaram por atrasar as atividades de campo, comprometendo as metas iniciais da equipe. O trabalho efetuado, porém, se mostrou de grande valor para evitar os erros nessa etapa do mapeamento, desenvolvendo, na equipe, uma *expertise* no tratamento de dados da base SIES, com o desenvolvimento de uma metodologia de correção da base de dados.

Seguimos apresentando o resultado desse trabalho.

1. Identificação de discrepâncias e erros na base de dados do SIES.

No cruzamento da base de dados do SIES com a base de dados do CEP (Correios) foram identificadas discrepâncias que dificultaram a identificação da localização geográfica dos empreendimentos.

O tratamento dessas informações possibilitou a identificação de quatro situações nas quais os EESs da base de dados do SIES se enquadram:

1. **EES com CEP correto** – nesse caso os CEPs foram identificados pela base de dados dos correios e o município identificado era o mesmo constante na base do SIES. Cabe salientar que, mesmo nesse caso pode haver erros de endereço, pois o que esta sendo analisado é o campo CEP, e não o endereço;
2. **EESs sem CEP** – o campo CEP não estava preenchido;
3. **EESs com CEP não reconhecido** – o campo CEP, apesar de preenchido não continha dado reconhecido pela base de dados dos correios.
4. **EESs com CEP divergente** – nesse caso o campo CEP continha dado válido, reconhecido pela base de dados dos correios, porém o município desse CEP diverge do município registrado na base do SIES.

Cada um dos casos anteriormente descritos ensejou um tratamento distinto, de sorte a possibilitar uma correção na base de dados do SIES, para a elaboração dos planos de rotas e planejamento das visitas.

Cabe ressaltar, também que esses erros não são os únicos a serem encontrados. Mesmo nos casos onde municípios da base SIES e da base CEP convergem, há erros que só são identificados quando do planejamento de rotas ou do contato com o EES, que vão desde endereços errados ou inexistentes, até EESs inexistentes.

Não será possível, no corpo desse relatório, quantificar e qualificar esses erros, pois ainda estão sendo alvo de investigação pela equipe. Eles serão apontados ao longo dos trabalhos de campo, nos próximos relatórios.

Primeiramente apresentaremos as informações produzidas no cruzamento de dados, para, em seguida, desenvolvermos a estratégia adotada para a correção das diferenças encontradas.

Nos estado, por mesorregião, esse foi o quadro encontrado:

	CRUZAMENTO COM CEP			
	CEP correto	sem CEP	CEP não reconhecido	CEP de município diferente
Baixadas Litorâneas	62	6	5	7
Sul Fluminense	229	42	73	22
Norte Fluminense	48	11	18	2
Centro Fluminense	74	57	5	8
Metropolitana	458	55	110	69
Noroeste Fluminense	49	0	1	2
	920	171	212	110

No gráfico abaixo, apresentamos estatisticamente as informações consolidadas no quadro acima:

Os erros que impossibilitam a localização geográfica dos EESs representam, como se vê acima, 33% de toda a base SIES. Sua distribuição irregular sugere que são relativos à ação de campo, evidenciando, também uma atividade de validação que não deu a devida atenção à questão.

Das discrepâncias observadas, as mais complicadas do ponto de vista de integridade referencial da base de dados do SIES são as de município divergente, que podem se dar por diversas razões, desde erros materiais na digitação ou preenchimento dos questionários, até informações truncadas dos próprios EESs, que muitas vezes, em regiões limítrofes de municípios vizinhos, têm como área de atuação ou influência direta um município mas estão localizados em outro. Essa falha, quando o endereço é, de fato, em um município e o questionário identifica outro, se não corrigida no momento da validação do questionário, poderá gerar distorções no mapeamento que tenham impacto na execução de políticas públicas nele baseadas.

Os erros de falta de CEP ou CEP não reconhecido, se bem que de menor importância em termos de integridade referencial da base SIES, não excluem as possibilidades identificadas para o erro de divergência, afinal nada obsta que EESs identificados em um município, e cujo campo CEP não foi preenchido ou foi preenchido com um valor que não corresponde a um CEP válido, estejam, na realidade, em outro município, donde o erro pode ser consideravelmente maior do que o identificado nesse estudo. Somente a ação de campo, com seus resultados, poderá identificar a real dimensão dos erros.

Seguindo sempre o *Guia de Orientações e Procedimentos do SIES, cap. III, item 3*, tem-se buscado diálogo com diversos personagens, tanto com aqueles que atuaram em versões anteriores do mapeamento, quanto com os novos, para a ampliação das informações.

O Coletivo do Mapeamento tem prezado pela lisura do processo e integridade das

informações não só quanto aos dados da pesquisa, mas das relações políticas no Estado do Rio de Janeiro, para tanto, tem registrado em texto, áudio e imagem os movimentos políticos que vêm ocorrendo em torno do processo de mapeamento.

C) DOS RESULTADOS E DA NECESSIDADE DE REVISÃO

Os casos de empreendimentos que não se encaixavam na definição de EES foram os que geraram maior incerteza quanto à exclusão, sobretudo porque esta fase ainda não previa a entrevista detalhada como instrumento para validar ou não estes casos como empreendimentos econômicos solidários.

Considerando que a Coordenação Nacional havia recomendado que, em caso de dúvida, era melhor que o suposto EES permanecesse na lista, várias EGs excluíram apenas os empreendimentos desativados ou não encontrados.

Alguns estados alegam, inclusive, que esta foi uma das razões para a estimativa de EES a serem mapeados ter permanecido alta em relação ao que foi efetivamente realizado.

No processo de verificação e correção desta primeira listagem, que correspondeu à Fase I do mapeamento, o caso de Goiás, por exemplo, destaca-se por seus resultados positivos, atribuídos a uma metodologia diversificada de ações articuladas com vários parceiros[...] (BERTUCCI; CUNHA, 2006, p.28-29)

Os resultados do Mapeamento/RJ-2009-2010/SIES estão relacionados aos dados transferidos da base de dados para a equipe atual

As informações erradas, incompletas ou desatualizadas na lista da Fase I, além de dificultarem ou impedirem a localização de muitos EES, também levaram à inclusão de empreendimentos que não se encaixavam nos critérios do SIES nas rotas de visita (o que em alguns casos poderia ter sido evitado com uma pré-verificação mais eficaz). (BERTUCCI; CUNHA, 2006, p.34)

Os dados não dizem respeito apenas às informações quantitativas, mas também às qualitativas, o que ratifica a necessidade de acesso aos questionários das versões anteriores possibilitando uma maior transparência do processo e eficiência nos resultados.

A Coordenação Nacional deveria aperfeiçoar os procedimentos de elaboração da listagem (tanto no que se refere às fontes e cadastros utilizados quanto à verificação prévia de erros na listagem – como dupla contagem) antes do envio às equipes estaduais. A própria base 2005 servirá, a partir de agora, como base mais segura para mapeamentos futuros.

As Coordenações Estaduais e regionais deveriam diversificar a metodologia de verificação, procurando ampliar ao máximo a rede local de contatos como entidades de apoio da sociedade civil, pastorais, sindicatos rurais, federações de trabalhadores, secretarias estaduais e municipais, INCRA e EMATER etc. Assim, devem ficar menos dependentes da lista nacional. (BERTUCCI;CUNHA,2006,p.29)

Os resultados parciais do Mapeamento/RJ-2009-2010/SIES ilustram as conseqüências de uma base de dados carente de manutenção.

Conforme podemos verificar neste documento, existem 13 empreendimentos duplicados na base de dados do RJ, o que aponta para a conclusão de que o problema não é nem tanto quanto ao número, já que é insignificante, porém, alarmante, já que se trata de uma verificação básica no que diz respeito à gestão de dados. O que mais chama a atenção é o número alto de empreendimentos que *Nunca Existiram e Deixaram de Atender aos Critérios do SIES*. O Coletivo do mapeamento/RJ-2009-2010/SIES conseguiu estes resultados apesar de todos os problemas, pois observou as notas do Relatório Nacional/2006, como estas:

...das entrevistas, com o objetivo de estabelecer empatia entre entrevistador/a e entrevistado/a, tornando a entrevista mais fluida e possibilitando a obtenção de informações mais confiáveis. (BERTUCCI;CUNHA,2006,p.32)

As equipes, no que se refere ao prazo para coleta de dados, devem investir mais esforços no planejamento prévio de sua ida a campo e estabelecer fluxos mais regulares nas etapas do processo, de modo a minimizar os atrasos gerados por imprevistos (como, por exemplo, as dificuldades próprias da etapa de negociação do convênio e recebimento de recursos); (BERTUCCI;CUNHA,2006,p.34-35)

[...]

Maior prazo para o processo de revisão e adoção de procedimentos de revisão desde o início do processo de coleta, de modo a agilizar a verificação e correção; (BERTUCCI;CUNHA,2006,p.37)

Estabelecimento da figura específica do revisor, com o papel de revisar os questionários, reunindo a equipe periodicamente, identificando e solucionando as dúvidas, de modo a fazer uma ponte com o digitador (no caso de erros não identificados) e com a equipe nacional, se necessário – e, quando possível, também como forma de não sobrecarregar a coordenação estadual ou regional; (BERTUCCI;CUNHA,2006,p.37)

[...]

Avaliar a alternativa de alimentação *off-line* do sistema, evitando paralisação das atividades dos digitadores quando de sua instabilidade, bem como o melhor controle no envio dos dados; (BERTUCCI;CUNHA,2006,p.38)

O início das entrevistas, momento onde ocorre o maior número de erros e dúvidas, deve ser realizado nas regiões próximas de modo a agilizar a primeira revisão. Assim, no momento de ida às regiões distantes, as principais dúvidas estarão na maior parte superadas, além de todo o processo de revisão ser facilitado. (BERTUCCI;CUNHA,2006,p.37)

No entanto, a solução dos problemas externos ao Coletivo do Mapeamento/RJ-2009-2010/SIES não está ao alcance dos membros do Grupo CTE/RJ.

Neste ponto, chamamos a atenção para os seguintes trechos do Relatório 2006:

As entidades da EGE e da rede/fórum local de ES devem acompanhar mais ativamente o mapeamento (por exemplo, por um sistema de rodízio das reuniões nas dependências das instituições que compõem a EGE), possibilitando envolvimento próximo destas na pesquisa; (BERTUCCI;CUNHA,2006,p.35)

Como já explicitado anteriormente, notou-se que a estratégia de pagamento de acordo com a quantidade de questionários aplicados nem sempre foi a melhor, já que houve grande número de EES nas listas que não existiam, que fecharam ou que não consistiam em ES, além da desproporção de tempo e das condições de pesquisa na capital e no interior. (BERTUCCI;CUNHA,2006,p.44)

Nas EGEs e coordenações que adotaram metodologias de planejamento prévio sobre os quantitativos envolvidos e recursos necessários, por meio de matrizes de acompanhamento, a dinâmica acabou comprometida devido a atrasos na liberação de recursos, volume de atividades, entraves burocráticos relativos ao convênio, e outros imprevistos que afetaram o cronograma inicial. (BERTUCCI;CUNHA,2006,p.44)

Adoção de planejamento mais rigoroso, bem como uma sistemática interna para a prestação de contas – procedimentos que podem ajudar a reduzir os atrasos na liberação dos recursos; (BERTUCCI;CUNHA,2006,p.47)

As maiores dificuldades nesta fase de revisão são atribuídas aos limites para um acompanhamento mais próximo durante a coleta, o que em alguns casos exigiu esforço redobrado na complementação ou correção das informações. Em geral, as coordenações regionais procuraram superar a distância física em relação aos entrevistadores através de contatos telefônicos e, em alguns casos, através de um planejamento de trabalho que incluía reuniões periódicas. (BERTUCCI;CUNHA,2006,p.36)

Mesmo considerando as características regionais, o Relatório Nacional aponta para problemas recorrentes e dá orientações para as próximas versões:

O planejamento de visitas aos municípios deve ser orientado a partir de cinco elementos: 1) rotas de transporte existentes e facilidade de acesso; 2) disponibilidade de informações sobre empreendimentos no local; 3) disponibilidade dos entrevistadores; 4) melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis; 5) contato prévio com os EES. (BERTUCCI;CUNHA,2006,p.50)

O início das entrevistas, momento onde ocorre o maior número de erros e dúvidas, pode, quando possível, ser realizado nas regiões próximas de modo a agilizar a primeira revisão. Assim, no momento de ida às regiões distantes, as principais dúvidas estarão na maior parte superadas e os entrevistadores terão maior autonomia, facilitando todo o processo de revisão. Isso não diminui a necessidade de comunicação constante entre a equipe. (BERTUCCI;CUNHA,2006,p.50)

A estratégia de pagamento de acordo com a quantidade de questionários aplicados nem sempre foi a mais adequada, já que o número de questionários aplicados em muitos casos não refletiu o trabalho necessário para busca e tentativa de contato e de aplicação dos mesmos. Este problema também se deveu às fragilidades da listagem nacional, da qual a maioria das equipes dependia. Assim, quanto melhor o planejamento e maior a confiabilidade da listagem de

empreendimentos a serem visitados (seja nacional, seja obtida pelos contatos locais), maior possibilidade de pagamento por questionário e maior o incentivo para a produtividade da pesquisa. (BERTUCCI;CUNHA,2006,p.50)

O Coletivo do Mapeamento/RJ-2009-2010/SIES ratifica as conclusões do Relatório Nacional/2006 acerca das expectativas dos EES.

Entendemos que é fundamental dar algum retorno prático aos empreendimentos mais isolados – mesmo que a informação sobre a existência do *Atlas da Economia Solidária* esteja difundida, pois realizar outras formas de avaliação dos efeitos do mapeamento sempre contribui para a qualidade da informação.

Articulado a isso, pode-se indicar a esses empreendedores o uso efetivo dos sistemas de comunicação e informação estaduais (não só para pesquisa), mostrando a possibilidade de cruzamentos e conjugação de interesses convergindo para uma sustentabilidade econômica e política dos EES.

O SIES é uma ferramenta desenvolvida para enfrentar alguns desses desafios, e possibilita, além do fortalecendo da organização da Economia Solidária, o aperfeiçoamento dos processos de mapeamento, coleta e análise de informações.

A conclusão do Grupo CTE/RJ é que a experiência vai demonstrando como fazer melhor a cada nova oportunidade de se fazer de novo, é como fazer o caminho ao caminhar. Nessa assertiva, nada melhor do que concluir em harmonia com o Relatório 2006, em especial nas linhas e entrelinhas do trecho que selecionamos para fechar este relatório:

Com efeito, a melhoria constante dos mecanismos de pesquisa, de dimensionamento das demandas e de identificação da localização espacial dos empreendimentos é fundamental para uma compreensão cada dia mais abrangente sobre essa nova realidade. Assim, as organizações da sociedade civil em parceria com o poder público, em todas as suas esferas, poderão ampliar e aperfeiçoar suas ações na direção de uma política pública de ES, proporcionando a visibilidade dessa outra economia que já acontece no Brasil. (BERTUCCI;CUNHA,2006,p.52)

D) CONSIDERAÇÕES FINAIS

O MAPEAMENTO, SUAS ROTAS E RUMOS

Antes do primeiro governo Lula, iniciado em 2003, uma entre as muitas questões que se colocavam para o movimento nacional de economia solidária era a da necessidade de desenvolvimento de uma relação constante e estreita com as esferas de governo – federal, estaduais e municipais. Aparentemente, o governo Lula abriu novas frentes de diálogo entre governo federal e sociedade civil. O presidente recém-eleito incluiu em sua agenda compromissos, ações e nomeações ligadas à economia solidária. Foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), e o professor Paul Singer foi nomeado secretário de economia solidária. Do diálogo entre esferas de governo e a parte da sociedade civil diretamente vinculada à economia solidária seguiram-se as criações do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), bem como uma pletora de instâncias, políticas públicas e programas – Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), Centro de Formação em Economia Solidária (CFES), Conselho Nacional de Economia Solidária, Conselhos Estaduais de Economia Solidária, Centros de Referência em Economia Solidária etc – destinados à economia solidária e de caráter estatal ou ligados ao Estado nas esferas federal estadual e municipal.

A relação dos empreendimentos econômicos solidários e dos fóruns de economia solidária com as esferas de governo, relação esta considerada essencial e de fato essencial, suscita, no entanto, algumas questões: Em que medida tal diálogo não resulta no aparelhamento estatal do próprio movimento de economia solidária, uma espécie de ‘sobrecodificação’ de demandas e protocolos mais ligados ao Estado e à ideologia que o permeia do que propriamente aos atores e atrizes da economia solidária?; Em que medida tal ‘sobrecodificação estatal’ não ‘emperra as juntas do corpo da economia solidária nacional’ mais do que ‘nutre seus músculos’?; Será que a economia solidária nacional está ‘madura’ (ou está fazendo por onde amadurecer) para o diálogo com as esferas de governo, apresentando um projeto sócio-econômico-educativo realmente humano e solidário, mais do que um projeto de sociedade?; Em que medida o diálogo com esferas de governo pode garantir e está garantindo o desenvolvimento da economia solidária nacional na ponta – para os empreendimentos econômicos solidários e para as entidades de apoio e fomento aos mesmos?.

Participando da agenda repleta de conferências e festivais de economia solidária resultantes do diálogo entre EES e EAF com as esferas de governo e mantendo as questões anteriormente levantadas na mente, os membros da CTE marcaram presença, cumprindo atividades de entrevista de mapeamento e buscando outros tipos de interação, com destaque para as formas culturais e artísticas de expressão – musical, poética e teatral.

No IV Festival Estadual de Economia Solidária, a CTE esteve presente mapeando EES, EAF, estimulando diálogos sobre economia solidária e também a expressão artística dos participantes do festival e de quem aparecesse para participar daquela atividade realizada no início de maio, na Cinelândia, centro da cidade do Rio de Janeiro – montou-se

embaixo de uma barraca do evento, cedida ao mapeamento de economia solidária, uma rádio livre, realizada ao vivo por meio de um amplificador, uma mesa de som de seis canais, dois microfones, dois pedestais e um violão elétrico. No mínimo dois membros da equipe tocavam e cantavam canções nos intervalos entre uma e outra entrevista com gestores públicos, representantes de EES e EAF. A CTE submetia à experimentação um exemplo de inovação técnica em termos da socialização de informações e construção compartilhada do saber com o auxílio de intervenções lúdicas e artísticas. A assim chamada provisoriamente “*RadioAtividade Mapeamento de Economia Solidária*”, naquele festival, rendeu à CTE um belo piloto de atividade sócio-educativa passível de reprodução em outros espaços a baixos custos. Muitos(as) participantes do festival puderam se manifestar verbal e artisticamente e mesmo os transeuntes que sentiram vontade de falar algo, recitar um poema e tocar uma canção tiveram oportunidade de fazê-lo. A “*RadioAtividade Mapeamento de Economia Solidária*” foi montada nos 4 dias de evento e seus momentos foram gravados em vídeo: foi elaborado um material contendo 40 minutos de imagem e som, mostrando as entrevistas e os momentos musicais.

De março a maio de 2010, a Comissão Técnica Executora (CTE) do Mapeamento de Economia Solidária do Estado do Rio de Janeiro participou da maior parte das conferências e festivais de economia solidária que aconteceram por todo o estado. A CTE entendia que esta seria a melhor forma de entrar em contato com os representantes de fóruns locais – sem os quais seria muito mais difícil realizar o trabalho de campo – e que seria possível entrevistar muitos empreendimentos econômicos solidários (EES), uma vez que a tendência que se apresentava era a de que eles viessem a participar daquela movimentada agenda de eventos da economia solidária. Obviamente, tal decisão não excluía as idas a campo individuais ou em mutirões, mas ampliava as ações de mapeamento na intenção de aplicar da forma mais produtiva possível os recursos para gerar resultados em pouco tempo.

No final de abril, a entidade executora regional contatou a CTE-RJ, exigindo a entrega de questionários e a prestação de contas. A CTE entendeu que a prestação de contas seria realizada tendo como referência a totalidade do período regulamentar do mapeamento. Houve dificuldade de comunicação entre a ANTEAG e a CTE e logo a primeira solicitou uma reunião com a presença de membros da CGE do mapeamento e um representante da FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Dada a intensidade com que a CTE estava envolvida com as atividades de campo – àquela época já era conhecido o fato de haver vários erros na base de dados (inclusive empreendimentos que não eram de economia solidária) – para produzir dados fidedignos, sugerir correções na base SIES e ampliar a mesma, foi encaminhada à entidade executora uma solicitação para que a reunião acontecesse após o IV Festival Estadual de Economia Solidária.

A reunião foi marcada para o dia 13 de maio. A enunciou que a quantidade de questionários validados apresentados em abril (160) era menor do que a esperada para o mês mediante o contrato, situação que não condizia com a solicitação, da CTE, de mais repasses. Sanadas as diferenças de entendimento entre ANTEAG e CTE, a primeira pôde verificar, ao chegar ao escritório-base da CTE, que havia a soma 360 questionários preenchidos para avaliação pela CGE, que até então não havia buscado, de forma efetiva, trabalhar em regime de colaboração com a CTE. A ANTEAG se comprometeu a realizar o repasse de valores para o mês e se entrou em acordo quanto à data do término das atividades de campo do mapeamento: 31 de julho.

Na parte da tarde de 13 de maio ocorreu a reunião da CGE, na Superintendência Regional do Trabalho e do Emprego (SRTE), na cidade do Rio de Janeiro. O coordenador da CTE falou bastante sobre o mapeamento em seu momento presente: trabalho da CTE desde setembro de 2009; utilização de métodos desenvolvidos pela equipe para a realização do mapeamento com um grau maior de participação dos atores e atrizes da Economia Solidária no Estado do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, maior eficácia, sem ferir os critérios do SIES e sem causar prejuízo ao Erário; não repasse de informações, até aquele momento, pelas entidades que realizaram os dois primeiros mapeamentos; erros que constituem mais de 60 % da base de dados SIES e necessidade de correção dos mesmos para o prosseguimento das atividades de campo e para a ampliação da base sem comprometer a qualidade da informação.

A reunião estava sendo realizada na presença de um representante da FINEP e, em se tratando de uma reunião da CGE, cuja finalidade principal é promover a gestão do sistema de informações sobre economia solidária, a CTE apontou a contradição que parecia estar presente no processo na medida em que se exigia que a base SIES fosse ampliada quando a sua correção era condição sine qua non para a produção de dados fidedignos de mapeamento. A fidedignidade das informações na pesquisa de mapeamento e no próprio SIES é determinada pela fidelidade aos critérios deste mesmo sistema e, considerando tal argumento, o representante da FINEP concordou que não havia sentido em aumentar a base de dados se os números produzidos não tivessem sido gerados à luz dos critérios do SIES.

A CTE informou que encontrara uma expressiva quantidade de empreendimentos econômicos solidários individuais, embora soubesse que estes não entrariam para a base SIES.

A reunião da CGE serviu fundamentalmente para que se firmasse entre a CGE e a CTE o compromisso da realização de um maior entrosamento de trabalho até o final da terceira versão do mapeamento de economia solidária, muito embora a CTE tivesse sempre se utilizado de transparência, fazendo-se presente nos eventos de economia solidária e apresentando informes sobre suas ações.

Daquele momento em diante, as reuniões da CGE direcionaram-se para o estabelecimento da dinâmica de validação dos questionários e esclarecimentos de dúvidas da CTE, que se manteve fiel à intenção de trazer entidades para diversificar a CGE.

No dia 14 de junho de 2010, ocorreu outra reunião com a CGE e foi determinada uma dinâmica de validação para os questionários, baseada no sinal de trânsito: verde para os EES que devem entrar indubitavelmente na base SIES, amarelo para os que merecem avaliação mais detalhada e vermelho para os que não devem entrar. À época de tal reunião, a equipe ficou sabendo da professora Bárbara Heliodora, cientista social da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Federal Fluminense (UFF) que 90 % do empreendedorismo social do SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio ao Empreendedor e Pequeno Empresário – está constituído de empreendimentos econômicos solidários. A professora Bárbara prestara assessoria à entidade já que esta havia começado a operacionalizar a área de empreendedorismo social em 2007. Com base nestas informações, a CTE perguntou à CGE se caberia, para efeitos de mapeamento, entrevistar o SEBRAE e a resposta foi positiva desde que a entidade identificasse a sua prática de assessoria como uma ação em economia solidária. Mais tarde, a CTE entrevistaria o SEBRAE e o CIEDS – Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável – como entidades de apoio e fomento a EES.

Pouco tempo depois, uma notícia bombástica mudou definitivamente os rumos do Terceiro Mapeamento de Economia Solidária no Rio de Janeiro: a ANTEAG sofrera bloqueio judicial de suas contas e não poderia repassar o restante dos valores – entre diárias para transporte e estadia e pagamentos de coordenador, supervisores e entrevistadores – necessários ao prosseguimento das atividades de campo. Em 1999, a entidade desenvolveu o primeiro projeto de economia solidária no Rio Grande do Sul. Onze anos depois, o Ministério Público não aceitou a prestação de contas e o juiz determinou o bloqueio.

A notícia forçou muitos membros da CTE a se movimentarem na direção de outras atividades de sustentação financeira e as respostas ao fato do bloqueio por tempo indeterminado foram variadas: com a suspensão dos recursos, a maioria não teve mais como se locomover para o escritório-base do mapeamento; membros da CTE que desenvolveram entrosamento conceitual, referencial e operativo começaram a cogitar possibilidades para a continuidade de uma equipe menor, resultante do trabalho do mapeamento, voltada para a assessoria técnica a EES e para a comunicação baseada na oralidade e nas trajetórias dos mesmos. O período que se seguiu à notícia da escassez de financiamento foi caracterizado tanto pelos riscos quanto pelas oportunidades – elementos presentes em quaisquer passos iniciais.

Com o transcorrer do silêncio da ANTEAG sobre sua situação e com a impossibilidade financeira de qualquer pessoa da CTE ir à sede da entidade em São Paulo, a equipe tomou algumas decisões fundamentais: as atividades de campo só seriam

realizadas na medida do dinheiro que ainda restava – entrevistas de mapeamento ao CIEDS e ao SEBRAE incluídas –; a situação da ANTEAG seria levada ao conhecimento da CGE e do FCP-RJ; os membros da CTE desejosos de continuar algum trabalho no terreno da economia solidária começariam a lançar as bases para a formação de um grupo autogestionário integral – a congregação de pessoas com habilidades e formações diversas – para prestar assessoria a EES e os resultados parciais do mapeamento deveriam ser apresentados em evento oficial com direito a registro audiovisual e a relatório impresso.

FECHANDO PARCIALMENTE O MAPA

A suspensão do financiamento do terceiro mapeamento de economia solidária do Estado do Rio de Janeiro provocou a dispersão da CTE que se formou no início do trabalho, mas não de um pequeno grupo de pessoas dentro de tal equipe. Este pequeno grupo reuniu-se repetidas vezes no escritório-sede do mapeamento, localizado à rua México, no centro da cidade do Rio de Janeiro, pondo-se a discutir as possibilidades de um trabalho ‘pós-mapeamento’, bem como a forma, a estrutura, as normas, os valores, os critérios e os princípios pertinentes ao mesmo. Seria preciso definir que tipo de trabalho ofertar aos EES mapeados e não-mapeados, por razão de parada forçada, quantos empreendimentos atender inicialmente – presumivelmente poucos – e, sem dúvida, era preciso construir, mediante muito diálogo, o esquema conceitual, referencial e operativo desse grupo nascente.

Alguns chegaram a falar de uma espécie de cooperativa integral como uma possível configuração institucional para o novo grupo – uma ‘*holoscoop*’, caracterizada por pessoas posicionadas em diversas regiões do saber e dispostas a dialogar a partir de suas especificidades para produzir um trabalho integrado e múltiplo, epistemológica, teórica, metodológica e tecnicamente falando. No entanto, o compromisso a que o pequeno grupo nascente se propôs – o de realizar uma reunião de devolução dos dados do mapeamento de economia solidária – não o permitiu se dedicar, com tempo reservado na agenda, a reuniões que tratassem especificamente do seu perfilamento institucional. Os diálogos acabaram por acontecer no curso da ação de preparar o evento, que acabou sendo marcado para o sábado, 28 de agosto de 2010, no Colégio Pedro II – lugar de produção, compartilhamento e transmissão dos saberes, que por essas características pareceu ao grupo bastante adequado para promover a socialização de informações de amplo interesse social.

Encontros inusitados e idéias de contatos com possíveis parceiros também oportunizaram diálogos sobre o formato institucional e as propostas de ação para o grupo nascente. Repetidas visitas, de membros do grupo em questão, ocorreram ao Colégio Pedro

II, onde um grupo de alunos – integrantes do Projeto MAPA (Movimento de Ajuda a Quem Precisa de Ajuda) –, já se mostravam sedentos por informações sobre economia solidária.

As visitas que aconteceram depois da primeira tiveram como objetivos envolver os alunos do Projeto MAPA, do Grêmio Estudantil e da Comissão de Formatura na vivência da economia solidária, na proposta do grupo nascente e na preparação do evento de devolução dos dados do mapeamento de economia solidária. A reação dos alunos não foi exatamente a esperada por alguns membros do grupo nascente – alguns se envolveram mais, mas, no geral, estes estavam voltados para outras atividades e para a semana de provas.

O grupo proveniente iniciou na TVC Rio (TV Comunitária do RJ, canal 06 da NET), as conversações sobre produção de uma Série de TV chamada Rotas Solidárias. A Série de TV Rotas Solidárias se propõe a abordar a economia solidária tal como acontece cotidianamente nas rotas dos EES e tal abordagem partirá das manifestações narrativas dos próprios em programas que irão ao ar com duração de 10 minutos e serão distribuídos em formato DVD a preços simbólicos. Reuniões para a produção da série de TV começaram a ocorrer em dia, horário e local fixo: centro da cidade.

O nome sugerido para o programa de TV também foi apresentado como possível nome para o grupo que nascia a partir da CTE e para as outras ações em comunicação – Rotas Solidárias – de modo que as pessoas passassem a associar a informação sobre EES e a assessoria à mesma marca, ao mesmo termo. O Coletivo Rotas Solidárias, grupo que se formou com os integrantes da CTE que adquiriram entrosamento e diálogo para continuar a trabalhar com EES, deu-se conta de que precisaria compor equipes para tratar especificamente dos diferentes dispositivos de comunicação e, com isso, o grupo mostrava, de diferentes formas, a sua vocação para a comunicação comunitária.

Outro ‘braço’ da comunicação que começou a ganhar forma foi a comunicação virtual – permeada por certo debate entre aqueles que defendem a criação de um site para o grupo e outros que argumentam que é mais estratégico utilizar ferramentas já amplamente conhecidas e divulgadas na internet (Orkut, Twitter, Facebook, Blog, Flickr etc). O Coletivo Rotas Solidárias criou uma ferramenta de gerenciamento de dados computados no mapeamento de economia solidária, chamada ‘OCKHAM’ – nome em homenagem ao filósofo inglês, da Lógica, que viveu entre os séculos XIII e XIV – e construiu uma lista de contatos de EES, EAF e gestores públicos de economia solidária, público com o qual é possível continuar a interlocução virtual sobre economia solidária e sobre temas concernentes à assessoria técnica em gestão e comercialização solidárias.

Muitas têm sido as formas através das quais os fluxos *produtivo-desejantes*¹ deste Coletivo Rotas Solidárias têm ganho materialidade, mostrando ser um *grupo sujeito*² muito mais do que um *grupo sujeito*³, mas a falta de remuneração pelo trabalho já feito, a

suspensão abrupta do financiamento e o silêncio das entidades do convênio do mapeamento de economia solidária ainda incomodavam o Coletivo Rotas Solidárias. Logo tal silêncio seria quebrado.

Em certo dia de trabalho, no escritório-sede do mapeamento, membros do Coletivo Rotas Solidárias ‘esbarraram’ com a coordenadora regional dos mapeamentos de economia solidária das regiões Sudeste e Centro-Oeste, funcionária da ANTEAG. Decidiram que talvez fosse estratégico ‘quebrar o silêncio’ sobre a suspensão do financiamento do mapeamento do RJ. A coordenadora disse que a ANTEAG desenvolveu o primeiro projeto de economia solidária no Rio Grande do Sul em 1999 e que o Ministério Público havia recusado a prestação de contas, o que fez com que o juiz deliberasse o bloqueio das contas da entidade. A coordenadora regional disse que a ANTEAG esperava que as contas fossem liberadas de novo e que estava preocupada com os mapeamentos de economia solidária. Mais preocupada ainda a coordenadora pareceu ter ficado quando foi informada de que haveria um evento para a devolução dos dados do mapeamento de economia solidária no sábado, 28 de agosto.

A conversa virtual com a coordenadora regional da ANTEAG terminou com aquilo que pareceu o prenúncio de que o poder do *instituído*⁴ lançaria em breve seus tentáculos para sufocar os fluxos produtivo-desejantes do Coletivo Rotas Solidárias: “No final desta semana passaremos mais uma informação para vocês.”.

Eis que curiosa e coincidentemente uma reunião com as CTEs dos estados das regiões Sudeste e Centro-Oeste é convocada para os dias 25, 26 e 27 de agosto de 2010, em Brasília, dentro da Comissão Gestora Nacional da base SIES, logo após o Coletivo Rotas Solidárias, quase ex-CTE, ter enviado os convites para o evento de devolução dos dados do mapeamento para vários destinatários, inclusive os membros da SENAES. Aparentemente, a reunião objetivava a discussão sobre a continuidade dos mapeamentos nos estados em questão.

Na semana de tal reunião, chegou um e-mail com um formulário anexo, no qual havia espaços para o preenchimento de informações quantitativas e qualitativas sobre os mapeamentos. As entidades constitutivas do convênio que rege o mapeamento nas regiões queria saber ‘em que pé pararam os mapeamentos’ quando os financiamentos foram suspensos. Responder ao formulário e ir à reunião pareciam movimentos incompatíveis para a CTE naquela semana, já que a equipe estava ocupada com o difícil processo de preparação do evento no Colégio Pedro II. Ademais, no entender da equipe, não fazia sentido comprar passagens aéreas com dinheiro do próprio bolso quando o financiamento tinha sido suspenso – problema não foi produzido pela CTE/RJ e que a ANTEAG tinha que resolver diretamente com a SENAES e com a FINEP.

A CTE resolveu que seria importante, não apenas responder o e-mail, como produzir uma proposta de trabalho que pudesse, inclusive, justificar uma repactuação dos termos do convênio. Assim surge o coletivo Mandala.

CONTINUANDO O MAPA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTUCCI, J. & CUNHA, G. *Relatório Nacional de Sistematização e Avaliação dos Processos do Primeiro Mapeamento da Economia Solidária no Brasil*. Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_seminario.asp

FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

_____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Guia de Orientações e Procedimentos do SIES, vol. 1, 2009.

LAPASSADE, G. “Función pedagógica del T-Group”. Em: *El analizador y el analista*. Barcelona: Gedisa, 1959/1979.

LOURAU, R. “Implicação: um novo paradigma?” Em: ALTOE, S. (org.) *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 1987/2004.

_____. “Implicação e sobreimplicação”. Em: ALTOE, S. (org.) *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 1990/2004.

NEVES, C. A. B. & JOSEPHSON, S. C. “A crítica como clínica”. In: MACHADO, L. D.; LAVRADOR, M. C. C. & BARROS, M. E. B. (orgs.) *Texturas de Psicologia: subjetividade e política contemporânea*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

PASSOS, E. & BENEVIDES, R. *Hodos meta: o método na experiência limite entre a clínica e a política*. Material usado em sala na disciplina de Metodologia do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

- RODRIGUES, H. B. C. “ ‘Sejamos realistas, tentemos o impossível!’ –
Desencaminhando a Psicologia através da Análise Institucional.” Em:
JACÓ-VILELA, A.M., FERREIA, A. L. & PORTUGUAL, F. T. (orgs.)
História da Psicologia. Rumos e Percursos. Rio de Janeiro: Editora Nau, 2006.
- ROLNIK, S. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São
Paulo: Estação Liberdade, 1989.
- SINGER, P. "*É possível levar o desenvolvimento a comunidades pobres?*".
Disponível em: [http://www.mte.gov.br/Temas/EconomiaSolidaria/TextosDiscussao/
Conteudo/DESENVOLVIMENTO_COMUNIDADES_POBRES.pdf](http://www.mte.gov.br/Temas/EconomiaSolidaria/TextosDiscussao/Conteudo/DESENVOLVIMENTO_COMUNIDADES_POBRES.pdf), 2004.